Análise de Conjuntura – Outubro de 2011

- Não é documento oficial da CNBB -

Apresentação

A presente Análise de Conjuntura se inicia com a menção às manifestações promovidas pelo movimento "Ocupe Wall Street", no coração financeiro dos Estados Unidos, quase sem cobertura da mídia local e internacional, dando sinais que há reação popular à crise financeira internacional. Em seguida aborda a perda da oportunidade histórica de ser admitida na ONU, a Palestina, pela força de Israel e seu forte lobby sobre os Estados Unidos. Concluiu com informações sobre as manifestações dos estudantes no Chile e com os enfretamentos realizados pelos movimentos indígenas na Bolívia contra a possibilidade de fragmentação de seu território tradicional.

No âmbito Nacional, analisa a "autonomia do Banco Central", o aumento do IPI como medida protecionista, bem como o histórico discurso da Presidente Dilma, abrindo o debate geral na Assembleia da ONU, ocorrida em setembro. Segue com reflexões acerca da atuação do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, o andamento do debate sobre a Reforma Política e a criação de um novo partido político no país, o PSD, e seus possíveis desdobramentos. Se conclui com o convite ao debate sobre o papel da TV Pública no Brasil.

Na ótica dos movimentos sociais, analisa-se o silêncio da mídia sobre os vários movimentos grevistas que ocorreram neste semestre, concluindo-se com as ponderações acerca da ameaça às comunidade e territórios quilombolas diante da Ação do DEM junto ao STF para anulação do Decreto 4.887/2003, que regulamenta a regularização de áreas quilombolas no país.

Concluindo esta análise são apresentadas as notícias do Congresso Nacional: Comissão da Verdade; distribuição dos royalties do petróleo; Código Florestal; Ficha Limpa; Voto aberto; Estatuto da Juventude; Bolsa verde; Aviso Prévio; PPA 2012-2015; e o calendário das Conferências Nacionais.

Internacional e América Latina

Uma pequena esperança

Estamos diante de algo novo, cujo futuro ainda não está bem definido. O movimento, ou melhor: a rede "Ocupe Wall Street" (Wall Street é a rua da bolsa de valores de New York), é muito novo. Nasce a meados de setembro (17/09) quando um grupo, em particular de jovens, quase todos desempregados decidiu ocupar simbolicamente o espaço – um santuário para adorar o "deus dinheiro" – onde se tomam as decisões que determinam o presente e o futuro da sociedade e de nossas vidas.

A manifestação quotidiana cresceu rapidamente com protestos contínuos, e um grupo de torno permanente. Os acampamentos se organizam diante de edifícios públicos. O movimento já atingiu 25 cidades. Alguns o consideram como uma volta de "maio de 1968" (revolta estudante), outros preferem compará-lo às grandes manifestações de 1973, em Washington, contra o racismo, puxadas pelo carisma de Martin Luther King. O movimento vai crescendo lentamente. A mídia nem sequer o mencionava, até que alguns políticos foram ver como poderiam aproveitar dele para as eleições. Como outros movimentos espontâneos,

“Ocupe Wall Street” nasceu autogestionário e vai se articulando aos poucos. A participação é viva com um amplo apoio da população.

A queixa é ampla. Paira no ar um descontentamento geral. A economia vai mal. A recessão ameaça os investimentos. O modelo está em crise. O povo está cansado duma situação que piora. O endividamento dos Estados alcança números estratosféricos. O desemprego cresce e atinge quase 10%. Injustiça e desigualdade se amplificam. Os frutos das novas tecnologias beneficiam a uma minoria. Muitas famílias perderam sua casa. A miséria atinge quase 15%. A eleição de Obama tinha despertado certa esperança. Todavia, submeteu-se ao lobby judaico. Desilusão e frustração são profundas. No Afeganistão e no Iraque as tropas não alcançam a paz prometida. Faltam perspectivas de superação. A situação do país é cinzenta, e os horizontes fechados.

Como em vários países da Europa onde houve manifestações similares, a maior parte dos manifestantes é composta de jovens – muitos com diplomas, – de trabalhadores nas fábricas e escritórios, de empregadas, de profissionais da saúde, da educação e da comunicação, entre outras. São manifestações pacíficas, com aqui e lá alguns transbordos, duramente reprimidos pela polícia. O movimento é político, não partidário, enquanto o *Tea Party* organiza mobilizações semelhantes, mas, atreladas aos republicanos. A crítica é global. Ela vai além da economia ou do social. Exprime uma crítica radical do modelo capitalista que não consegue responder às expectativas e esperanças básicas do ser humano. A crítica é justa, mas “o movimento ainda tem que dizer a que veio”.

Palestina: uma última chance

Israel, com a ajuda sem limites dos EUA, exerce sobre a Palestina uma dominação total: política, diplomática, econômica, ideológica, militar. Vai ampliando os territórios ocupados construindo mais e mais colônias na Cisjordania. O objetivo real de Israel é de conquistar e dominar aos poucos o conjunto dos territórios palestinos. Não são poucos os judeus que sonham de ver todos os palestinos expulsos fora de seu país. O conflito, com tantas atrocidades, vai continuar até que quem domina e tem todas as cartas na mão queira a paz. Querer a paz, não de palavras, mas de justiça, de obras concretas.

Israel e os EUA – e a maioria dos Estados europeus – acabam de desperdiçar mais uma bela oportunidade de construir a paz. Terem desperdiçado tal oportunidade, demostra que na prática não querem a paz. Para Israel o tempo joga em seu favor, enquanto para os Palestinos o céu do futuro é sempre mais obscuro. Debilitado pela divisão entre o Fatah e o Hamas, Marmoud Abbad, presidente da ANP (Aliança Nacional Palestina) – também chamado Abou Mazem: pai de Mazem, morto em 2002 – é considerado como homem de diálogo, que procura as negociações. Diante da situação de bloqueio das negociações, Marmoud escolheu uma última chance.

O dia 23 de setembro, sem ceder mais às alegações do presidente Obama, mais uma vez submisso aos interesses de Israel, durante a Assembleia Geral da ONU, Marmoud Habbad, apresentou o requerimento diante do Conselho de Seguridade da Palestina ser reconhecida como país membro. Habbad desceu da tribuna sob uma avalanche de aplausos. Quase unânime a Assembléia aprovava sua demanda. A resposta de Netanyahu foi imediata. Arrogante, anunciou que Israel vai construir mais de 1.100 habitações do lado oriental de Jerusalém, parte da cidade à qual os palestinos são particularmente apegados. Uma das condições que Obama tinha definido para tentar relançar as negociações, de novo em pane, era justamente de parar a criação de colônias na Cisjordânia.

A demanda de integração foi feita ao Conselho de Segurança. Para ser aceita, a demanda deve obter nove votos a favor e não ter oposição dos cinco membros permanente do Conselho. Os EUA já disseram que votarão contra a demanda.

Manifestação dos estudantes no Chile

As manifestações dos estudantes cobrando reformas no modelo educacional chileno são fruto de anos de descontentamento com o modelo educacional em vigência desde o Governo Pinochet, quando a educação passou por uma reforma sendo em grande parte privatizada.

Este modelo educacional onera as famílias em demasia. Cerca de 80% dos custos com a educação recaem sobre a família, pois, a educação é compreendida antes como empreendimento financeiro privatizado do que direito de cidadania. É um modelo que entende a educação como um bem de consumo e não como um direito universal.

Outro agravante é que os estudantes saem da faculdade sem segurança de um curso de qualidade que assegure o exercício de uma profissão. Esta realidade gera frustração na classe estudantil. As reações nas ruas estão cobrando mudanças no sistema de forma que seja mais justo e não perpetue as desigualdades sociais.

Não são apenas os estudantes que tomam parte nas manifestações. Professores e sindicalistas tem contribuído nestes atos de protestos que contam com o apoio de 89 % da população, segundo pesquisas. Tem reforçado a exigência de cobrar impostos dos mais ricos de forma que aja possibilidade de financiar o ensino publico. De sua parte o governo negligencia as negociações com os estudantes e usa a força policial para reprimir os protestos.

Presidente Evo Morales e a questão indígena

O governo do Presidente Evo Morales aprovou a construção de uma estrada que corta o Território Indígena e Parque Nacional *Isiboro Sécure* (TIPNIS), com financiamento do BNDES, do governo brasileiro. Uma marcha indígena em defesa deste território foi realizada, tentativas de diálogo com esta marcha foram feitas por parte do presidente boliviano e, finalmente, uma grande repressão foi desencadeada pelo governo sobre os marchantes no último mês de setembro.

Um clamor enorme se levantou, pelas mídias boliviana e internacional, denunciando as agressões aos direitos indígenas e aos direitos humanos, por parte do Presidente Evo Morales. Foram dirigidas a ele acusações de traição aos compromissos com os povos indígenas; de não ser mais um defensor da *Madre Tierra*; de estar a serviço do sub-imperialismo brasileiro; de ser um desenvolvimentista ortodoxo, como outros presidentes de esquerda da América Latina, entre outras afirmações.

A repressão à marcha indígena foi um erro grosseiro por parte do governo do Presidente Evo Morales. No entanto, é preciso tomar cuidado com análises e condenações feitas de maneira superficial e precipitada, pois há muitos interesses em jogo naquele país de maioria indígena, com um importante processo de mudanças em curso. Existem os interesses das classes dominantes locais em inviabilizar o processo de mudanças; existem os interesses norte-americanos em desgastar o governo indígena; existe um processo histórico de conflitos entre os próprios povos indígenas, das terras altas e das terras baixas bolivianas; existem disputas pela liderança política indígena desde o primeiro dia do governo Evo Morales e, claro, existem os interesses do governo brasileiro e do BNDES.

O Presidente Evo Morales pediu publicamente perdão pelo erro de seu governo em reprimir a marcha indígena. E na última sexta-feira, 21/10, após derrota em eleições no domingo e com a chegada da Marcha Indígena que durou 65 dias a La Paz se comprometeu a enviar para o congresso alterações no projeto preservando a área indígena e assumindo outros dos 16 pontos da pauta.

Nacional

Autonomia e independência, critérios de ação do Banco Central

Para que serve um Banco Central? Por que se inventaram bancos centrais após 1929? A experiência tem revelado que o sistema financeiro como um conjunto, tende a criar mais liquidez, mais meios de pagamentos, do que exigem as transações reais: “reais”, quer dizer, com bens e serviços tipo transporte, comunicação, educação, saúde, serviços pessoais.

Pode ser hoje em dia que alguns grandes bancos, informados ampla e continuamente da evolução da economia, possam avaliar quais seriam estes parâmetros de equilíbrio do conjunto. Mas o interesse de competir mesmo assim os levaria a apostarem mais alto para terem maiores ganhos, tomando decisões estratégicas de alto risco. Se todos o fazem, desencadeiam a crise.

A experiência de 1929 ensinou que deve haver uma instância independente, com razoável informação sobre o conjunto e empenhada em garantir o equilíbrio macro-econômico. Esta deve poder ditar os parâmetros decisivos do processo de geração de liquidez. Além de poder policiar atividades irresponsáveis ou diretamente desonestas dos administradores. A crise de 1929 levou a que em toda a parte, mais ou menos com a autoridade do poder público, se criassem estas instituições para controlar o movimento financeiro.

Para sua finalidade, não é bom que o banco central esteja totalmente submetido aos governantes de plantão, mesmo eleitos democraticamente. Mas certamente, não faz sentido uma “autonomia” perante o poder público para atender mais agilmente aos reclamos “do mercado". Nem está dito que a estabilidade monetária seja fim absoluto em si, de tal modo que o banco central só vise a ela, sem levar em conta outros valores, como o crescimento e o emprego.

Não há solução simples, fácil e universal. Cada país, cada economia, tem que achar seu caminho ”ótimo”. “Ótimo” não no sentido vernáculo de “excelente”, mas no jargão de economista, aquele que melhor (ou menos mal) leva em conta os benefícios das vantagens, descontados os custos das desvantagens. Decisão mais política do que econômica, até porque não há como contabilizar estes benefícios e custos; eles são ponderados quanto possível prudentemente, à luz de juízos de valor.

Taxação de carros importados e “protecionismo”.

O governo brasileiro aumentou consideravelmente o IPI dos carros importados e foi acusado de protecionismo. O IPI é “Imposto sobre Produtos Industrializados”, um imposto federal. Os carros em pauta são aqueles diretamente importados ou montados no Brasil com alta percentagem ponderada de peças fabricadas no Exterior. A ideia evidentemente é privilegiar a produção interna.

Por que governo tomou esta decisão? Qualquer mercadoria ofertada em abundância tende a se baratear. Ajuda entender que o dólar, que nos Estados Unidos é “moeda” (meio de pagamento, reserva e gabarito de valor) no país que assume o caráter principal de mercadoria (como o ouro ou a prata). Sendo abundante, esta "mercadoria” fica barata em termos de nossa moeda, que é o real. Ou dito de outra forma, o real compra dólares “mercadoria” acima da razão comparativa entre o poder de compra (de bens e serviços) dos dois como moeda. O valor do dólar em relação aos bens e serviços, a rigor, é maior que seu preço em reais no Brasil.

A contrapartida disto é que nossos produtos ficam forçadamente caros no Exterior e as importações *artificialmente* baratas para os brasileiros. O que evidentemente é desvantagem para a indústria brasileira, que tem de enfrentar uma situação similar àquela em que o governo brasileiro subsidiasse importações e taxasse exportações. De fato, as ameaças de crise de

produção e de freio na produção e redução de emprego são mais sérias "lá fora" que no Brasil. Mas alguma forma de defesa da produção e emprego interno o governo tinha de achar. O movimento – pouco comentado – do governo neste xadrez é a gradual e seletiva redução de tributos sobre importação de maquinaria e equipamentos industriais, desde que se verifique não haver similar nacional. Aumentar a carga sobre o produto final e baratear marginalmente sua produção interna, deveria induzir indústrias a expandirem (completarem, iniciarem) a produção no Brasil, dos modelos visados.

"Protecionismo" a rigor é a política econômica via impostos, quotas e subsídios, para proteger a indústria nacional nascente enquanto se firma para enfrentar a concorrência externa. A indústria automobilística brasileira não é nascente. Nem nacional. Mas há certa analogia das medidas do governo com o "protecionismo". Os carros produzidos nos países parceiros do Mercosul vão sendo isentados das novas medidas na lógica do livre comércio dentro do bloco.

Se associarmos estas medidas (que ainda estão sendo elaboradas no pormenor) com a redução de juros, pode-se instaurar uma discussão sobre continuidade (ou não) da política econômica de FHC e de Lula.

Discurso da Presidente Dilma na ONU

A Presidente Dilma Rousseff foi a primeira mulher a abrir o debate geral da ONU em 21/09/2011. Este fato revela a emergência do Brasil como ator importante no cenário mundial. Ela realizou análise da crise mundial, reivindicou mudanças na Organização das Nações Unidas, principalmente quanto ao Conselho de Segurança da ONU (onde o Brasil pleiteia uma cadeira permanente), bem como saudou a criação da ONU Mulher, com a liderança da ex-Presidente chilena Michelle Bachelet. Tocou no tema das Mudanças Climáticas e as mútuas responsabilidades para renovação do Acordo de Kyoto. A grande mídia brasileira deu pouca relevância ao fato.

Anunciou que falaria com coragem e sinceridade. Nesta linha, denunciou na análise da crise financeira mundial que "... n*ão é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É, ...por falta de recursos políticos e ...de clareza de ideias*". Revelou números dramáticos do desemprego mundial: *"Já temos 205 milhões de desempregados no mundo. 44 milhões na Europa. 14 milhões nos Estados Unidos*." Mencionou o que significa o desemprego na perspectiva da mulher: "*o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor"*.

Afirmou que a resistência do Brasil à crise "não é ilimitada". Propôs como saída para a crise "*um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos*"; "*a regulamentação do sistema financeiro e controlar essa fonte inesgotável de instabilidade*"; a "*reforma das instituições financeiras multilaterais deve ... prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes*". Concluiu este tema combatendo "*o protecionismo e todas as formas de manipulação comercial*".

Em seguida abordou o tema da "Primavera Árabe", Destacou, todavia que é preciso ter cuidado "ao se proteger", visto que neste ato muitas violências são cometidas contra civis, daí a necessidade de que "*as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo*".

Foi muito aplaudida quando lamentou "*ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas*". Explicitando que o Brasil já reconhece o Estado Palestino desde 1967, nas fronteiras estabelecidas pelas Nações Unidas naquela ocasião.

Voltou ao tema da "solução brasileira" para enfrentar a crise ressaltando a centralidade da política de combate à pobreza e que "*uma verdadeira política de direitos*

humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros". Destacou que o "*Brasil avançou... sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes 2015".* E reafirmou seu compromisso de até o final de seu governo "*erradicar a pobreza extrema no Brasil*"

Concluiu o seu discurso sentindo-se representante de todas as mulheres do mundo, principalmente daquelas "*que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder*".

Atuação do Conselho Nacional de Justiça

Ocupou importante espaço da grande mídia e mobilizou organizações da sociedade a polêmica a respeito do julgamento previsto no Supremo Tribunal Federal de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) contra a Resolução 135 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa resolução define normas nos processos administrativos contra magistrados, prevendo punições aos juízes que, após ampla defesa, tenham comprovada a existência de desvios ou irregularidades no exercício da função.

O tema ganhou a grande mídia, sobretudo, pelas reações no STF e de outros segmentos da sociedade sobre trechos de uma entrevista com a Corregedora Nacional do CNJ, Eliana Calmon, divulgadas pela imprensa, na qual ela tanto afirma a existência de "bandidos escondidos atrás da toga" como a dificuldade de se inspecionar um tribunal como o de São Paulo.

Entidades como a OAB, ABI, CBJP e Associação Juízes para a Democracia se pronunciaram preocupados com a proposta da AMB e contra a retirada de poderes do CNJ para investigar juízes. A atuação do CNJ não invalida ou retira poderes das corregedorias existentes nos estados e garante a continuidade de alguma investigação quando, algum ou outro processo nos estados, em função de pressões diversas, não consegue a tramitação adequada.

Há uma avaliação em diferentes setores da sociedade considerando que o funcionamento do CNJ tem se mostrado como um importante mecanismo de controle social e transparência do Judiciário e que, não se pode deixar interesses, inclusive corporativos, diminuírem o poder de atuação daquele órgão. Assim, há uma expectativa de que o STF não acolha a proposta da AMB e mantenha os poderes de investigação do CNJ.

Reforma Política

O atual contexto da Reforma Política passou por várias tentativas frustradas. A presidente Dilma Rousseff, no seu discurso de posse, colocou a Reforma Política como um ponto chave a ser enfrentado na perspectiva da democracia no país. O Congresso Nacional criou duas comissões especiais para o tema: uma na Câmara e outra no Senado. O **Senado** logo se posicionou, organizou uma Comissão de notáveis – ex-governadores; definiu temáticas progressistas, mas o caminho foi curto. De fato, ao colocar os dados na mesa das Comissões, o castelo era de areia e ruiu rápido. A **Câmara dos Deputados** preferiu ir mais de vagar; fez audiências públicas nas assembleias legislativas de vários estados para escutar também a população.

Neste contexto, nasceu uma terceira comissão: a **Frente Parlamentar para a Reforma Política com participação popular**, com a presença de senadores, deputados(as) e membros das entidades da sociedade civil, inclusive a CNBB, sob a liderança da deputada Luiza Erundina. A Comissão de Legislação Participativa fez nova tentativa, através de um bloco de entidades chamado de Plataforma dos Movimentos Sociais, de propor temáticas mais condizentes para a Reforma Política do Estado para a consolidação da democracia.

As duas últimas comissões vêm trabalhando em comum em busca de consenso para o conteúdo da Reforma, que foi se caracterizando mais como **Reforma eleitoral** do que uma

Reforma Política. A Comissão da Câmara escolheu como relator o deputado Henrique Fontana, do PT/RS, que tem feito grande esforço de dialogar com todas as tendências partidárias da casa. Podem-se destacar os temas mais em evidência no processo da discussão: a) Financiamento público exclusivo, considerado uma chave para coibir a corrupção reinante; b) Lista fechada, relacionada com o financiamento público; c) Maior participação de gênero, com empenho das entidades feministas; d) Regulamentação do artigo 14 da Constituição, proporcionando maior participação da população em busca de uma democracia direta, através de plebiscitos, referendos, iniciativa popular de lei, revogação de mandatos; e) Outros temas: fim das coligações proporcionais; fidelidade partidária; fim do suplente no senado...

O "relatório Fontana" tem conseguido certos consensos, mas não suficientes ainda para sair vitorioso na comissão especial; o grande entrave regimental é que, se não aprovado o relatório, termina mais uma fase da busca de Reforma Política, "morrendo na praia". Para que isto não aconteça, o relator tem dialogado com entidades e personalidades (já encontrou os membros da comissão da CNBB, fez uma visita à Presidência no último CONSEP). Mais ainda; tem feito muitas concessões antes de colocar seu relatório em votação. Fontana tem acolhido várias outras novas propostas. Entre elas: redução de mandato dos senadores de oito para quatro anos; prevê a realização de segundo turno para prefeitos de cidades com mais de 100 mil eleitores; reduz de um ano para seis meses o prazo mínimo de primeira filiação partidária para que alguém possa se candidatar; diminuição do coeficiente de assinatura para proposta de lei de iniciativa popular...

No dia 03 de outubro último, houve um grande **ato público na Câmara** em defesa da Reforma Política, com a palavra de vários partidos políticos e entidades. Era prevista a votação do relatório Fontana no dia seguinte. Mas, logo no dia 04/10, foi adiada por tempo indeterminado a votação por falta de apoio necessário para fazer prosperar sua proposta. Até quando?!

PSD: inventividade, pragmatismo e realinhamento da elite política

O Partido Social Democrático (PSD) está oficialmente criado, por decisão da maioria dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O presidente da nova legenda, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, disse que a decisão do TSE tem impacto no quadro político do País.

O impacto será mais bem dimensionado quando for apresentado oficialmente o tamanho da bancada no Congresso Nacional e sua representação nos estados e nos municípios. Especula-se que 54 deputados federais aderiram ao novo partido, dando a ele a terceira bancada na Câmara Federal, atrás do PT (83) e do PMDB (79).

A criação do novo partido revela também, a "inventividade" de setores da elite política de superar obstáculos para sua reprodução, visto que a legislação em vigor impede a troca de partido por parlamentares, exceto quando se refere à perseguição, fusão ou criação de um novo partido. Foi nesta brecha que atuou o PSD, ao perceber que muitos parlamentares estavam "desconfortáveis" em suas legendas de origem (grande parte deles de partidos de oposição ansiosos para compor a base aliada).

Ademais, houve colaboração de governadores interessados em ampliar a sustentação de seus governos nas assembleias legislativas, fortalecendo sobremaneira o perfil da nova legenda, que é "nem de direita, nem de esquerda ou de centro", mas fundamentalmente vocacionada para ser governo, independente da opção político ideológica do governante. O surgimento do PSD aprofunda a dificuldade dos partidos de oposição ao Governo Federal, principalmente o DEM, pois esse partido perdeu parte estimável de sua bancada na Câmara e uma importante senadora.

Entretanto, analisar o PSD somente pela ótica do pragmatismo de setores da elite política, incorre-se numa leitura parcial incapaz de entender as razões de fundo que deu origem a esse partido. Para melhor compreender a criação do PSD, faz-se necessário reler o resultado das eleições 2010.

O realinhamento eleitoral confirmado em 2010 deve-se, sobretudo, à incapacidade dos partidos de oposição de apresentar um projeto nacional distinto do período Lula e Dilma, que apesar de suas limitações e contradições, conseguiu pautar na agenda nacional a questão social, o Estado como indutor do desenvolvimento e da redução das desigualdades sociais, sendo ativo nos fóruns internacionais, modelo este antagônico ao ideário neoliberal hegemônico no Brasil nos anos 90.

Por ironia da historia, os desdobramentos da crise internacional no Brasil pode ajudar a oposição a sair da inércia e do limbo programático, se o seu impacto for maior que o projetado pelo governo. Porém, na eventualidade de a Presidente mitigar os impactos da crise, especialmente na classe "C", mantendo o ritmo de inclusão social e desenvolvimento econômico; o quadro político brasileiro sofrerá ainda mais alterações, criando mais dificuldades à oposição e criando para os parlamentares uma oportunidade de fugir da fidelidade partidária, sem perder os mandatos.

Papel da TV Pública

A democratização da comunicação tem sido tema recorrente na agenda política e social do país a partir, especialmente, da primeira Conferência de Comunicação (Confecom), realizada em dezembro de 2009. Neste contexto, surge também o debate do papel da TV pública que, no Brasil, foi criada pelo presidente Lula em dezembro de 2007 – a TV Brasil. O papel da TV pública é pouco conhecido e discutido pela população brasileira.

Uma decisão do Conselho Curador da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), à qual pertence a TV Brasil, se torna excelente ocasião para discutir essa questão. Trata-se de sua Resolução nº 02/2011, de 24 de março de 2011, que determina a suspensão de programas religiosos na TV Brasil e na Rádio Nacional de Brasília. Os programas, que existem há mais de 30 anos, são "Reencontro", da Igreja Batista, de Niterói (RJ) e "A Santa Missa" e "Palavras de Vida", da arquidiocese do Rio de Janeiro, além da missa na Rádio Nacional.

A base da argumentação do conselho Curador é a laicidade do Estado e a diversidade e a pluralidade, que a caracterizam. A contra-argumentação defende que o Estado é laico, sim, mas não o seu povo, e apresenta como prova as últimas pesquisas que apontam a cifra de mais de 90% dos brasileiros que se declaram desta ou daquela Igreja. Além disso, os que contestam a decisão do Conselho da EBC defendem que cabe a uma TV pública ter em sua programação algo de interesse público como a religião. Isso não fere o princípio da laicidade do Estado porque se trata de uma TV pública e não estatal.

A decisão do Conselho Curador de substituir os atuais programas por outros, produzidos pela própria EBC, que retratem o fenômeno da religiosidade no Brasil, "de um ponto de vista plural, assegurada a participação a todas as confissões religiosas", não atende às Igrejas porque se trata de trocar um programa religioso, confessional, por um sobre religião, jornalístico, de caráter informativo. Há muita diferença entre um e outro.

Duas questões, entretanto, precisam ficar claras. A *primeira* diz respeito à diversidade e à pluralidade religiosa que, de fato, devem estar presentes numa TV pública. Embora isso implique em, pelo menos, duas grandes dificuldades práticas: distinguir as verdadeiras igrejas do mercado religioso cada vez mais crescente e, feito isso, dividir o tempo entre as igrejas/religiões cujo número não é pequeno. A *segunda* questão é que nenhum programa religioso pode ter a marca do proselitismo. Esta também não é uma questão tão simples, considerando que a linha divisória entre um programa confessional e o proselitismo é bastante tênue.

Esse episódio faz emergir, pelo menos, duas necessidades. Primeira, urgência de ampliar o debate sobre o papel da TV pública no país. Segunda, a Igreja Católica deve entrar nesse debate, a exemplo do que já fez no passado na época dos Congressos da União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), não para defender interesses próprios, mas para se somar àqueles que empunham a bandeira da democratização da comunicação no país.

Movimentos Sociais

Uma onda de greves no país e a crise

Não poucas greves assolaram o país neste segundo semestre. O que chama a atenção é o silêncio da mídia. Só nestes últimos meses, com a greve dos bancários e dos funcionários dos Correios, é que a imprensa começou a se manifestar. Em Minas Gerais, os professores deixaram as aulas mais de três meses e virou notícia só com a decisão da Justiça. A sociedade está acostumada com a precariedade dos serviços públicos que atendem à população pobre, sobretudo na educação e saúde. Quando as greves atrapalham a vida da população melhor abastecida, a conversa é outra. Falou-se de radicalização dos funcionários dos Correios e dos bancos, provocando perdas de milhões de Reais. Crianças sem aulas, escolas desprovidas não parecem ser um prejuízo para a sociedade.

A reivindicação principal dos movimentos grevistas é o reajuste igual ou superior à inflação dos salários, com exceção da Greve dos professores de Minas Gerais que exigiu o pagamento do Piso Nacional. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômicas (DIEESE), 93 % das negociações coletivas (total de 353) conseguiram reajustes iguais ou superiores à inflação. Essa conquista anima outras categorias de trabalhadores que ainda estão negociando com ou sem greves. Já os petroleiros estão assinalando reivindicações similares acima da inflação. No caso dos bancários, o lucro divulgado pelos bancos deixa os correntistas atônitos, pois as agências bancárias se sustentam, em boa parte, com as taxas de serviços bancários.

Por que o temor diante o que a imprensa chama de aumentos salariais elevados? Segundo o discurso das elites políticas e financeiras, aumentos salariais em termos reais, quer dizer acima da inflação, empurram para cima os preços dos produtos e serviços em todo o Brasil provocando aumento da taxa da inflação. Na verdade, neste ano 2011, a taxa de inflação já aumentou antes das reivindicações salariais, chegou a 7,8 %. O pedido de ajuste salarial acima da inflação é uma medida preventiva para proteger o seu poder aquisitivo frente ao aprofundamento da crise que é combatida por políticas recessivas, enquanto os juros ainda continuam altos em favor dos detentores da dívida publica. A política do governo consiste em propor e praticar só uma reposição salarial. Parece que a Presidente fica mais dura na negociação que seu antecessor imediato.

Ameaça às comunidades e territórios quilombolas

O partido Democratas (DEM) entrou com uma ação junto ao STF pedindo a anulação do Decreto 4.887, de 20/11/2003, que regulamenta o reconhecimento, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos quilombolas. Esta ação está a ponto de ir ao plenário do STF e, se aprovada, será devastadora com relação a tudo o que foi arduamente conquistado pelas comunidades de quilombo nos últimos anos.

A população quilombola é estimada em 1,5 milhão de pessoas, vivendo em 3.524 comunidades, em 25 estados. Destas, 1.709 estão devidamente certificadas pela Fundação Palmares e 1.076 abriram processo de regularização fundiária, 37 RTIDs (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) foram publicados, 67 Portarias de Reconhecimento publicadas, 41 Decretos de Interesse Social publicados, 977 imóveis catalogados para desapropriação (dentro dos 41 territórios decretados) e 120 títulos de reconhecimento foram expedidos pelo INCRA e órgãos estaduais.

Se a ação dos Democratas for aprovada no STF, todas estas conquistas - que são poucas dentro do universo das comunidades quilombolas existentes e carentes de reconhecimento e titulação – serão anuladas e o que é básico para estas comunidades, a garantia do seu território, estará perdido. Ou seja, a sobrevivência de toda esta população, com relação à qual a sociedade brasileira tem uma imensa dívida histórica, estará gravemente ameaçada. Hoje, muitas comunidades e lideranças quilombolas já estão ameaçadas de morte

pela ação criminosa de fazendeiros e madeireiros. A anulação do Decreto 4.887 será uma senha para a eliminação física das comunidades quilombolas em nosso país.

4. Notícias do Congresso

1. Comissão da verdade

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por unanimidade, no dia 19, o projeto que cria a Comissão da Verdade. O projeto deve seguir para a Comissão de Direitos Humanos da Casa para, então, ser votado no plenário e, caso aprovado, segue para sanção presidencial. O relator, senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), manteve o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, apesar do apelo por mudanças feito por lideranças dos Comitês da Memória e Verdade e de familiares de mortos e desaparecidos na ditadura. O Brasil é um dos poucos países da América Latina que ainda não tem a Comissão da Verdade. Chile, Argentina, Panamá, Paraguai, dentre outros, já fizeram esse trabalho.

2. Distribuição dos royalties do petróleo

Assunto que tem tomado a agenda do Congresso é a distribuição dos royalties do petróleo. O Senado aprovou, no dia 19, o substitutivo do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto que institui novos critérios de partilha dos royalties e da participação especial decorrente da exploração do petróleo (PLS 448/11). O texto garante a destinação desses recursos a todos os estados e municípios do país - produtores e não produtores. Esta decisão inflamou as lideranças do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que a decisão por entender que o projeto aprovado traz perdas para os estados produtores do petróleo. O Governador do Rio ameaça ir ao STF caso a presidente Dilma não vete o projeto.

Pelo texto aprovado, a União tem sua fatia nos royalties reduzida de 30% para 20% já em 2012. Os estados produtores caem de 26,25% para 20%. Os municípios confrontantes são os que sofrem maior redução: de 26,25% passam para 17% em 2012 e chegam a 4% em 2020. Os municípios afetados pela exploração de petróleo também sofrem cortes: de 8,75% para 2%. Em contrapartida, os estados e municípios não produtores saltam de 8,75% para 40%.

3. Código florestal

Está prevista para esta terça-feira, 25, a apresentação do relatório do senador Luis Henrique da Silveira (PMDB-SC) sobre o projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/2011), em reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA). A previsão é de que haja pedido de vista e que o relatório só seja votado no dia 8 de novembro. O relator propõe separar normas transitórias de permanentes. No primeiro conjunto estarão definidas regras para a regularização do passivo ambiental, ou seja, as áreas de proteção permanente (APP) e de reserva legal que foram desmatadas de forma irregular. No outro conjunto, serão reunidas normas para proteção das áreas florestadas hoje existentes e daquelas que forem recuperadas.

Durante a tramitação da matéria na CCT, oito senadores apresentaram, no total, 81 emendas, Após a votação do projeto nas comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, a matéria segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde será relatada pelo senador Jorge Viana (PT-AC). Votado nesta Comissão, o projeto estará pronto para decisão em Plenário. Por causa das modificações feitas pelos senadores, a proposta voltará para exame da Câmara dos Deputados.

4. Ficha Limpa

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, é o relator de uma ação, ajuizada em maio deste ano, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pedindo que a Suprema Corte declare a constitucionalidade da Lei 135/2010), conhecida como Ficha Limpa.

A decisão é esperada para definir o quadro de candidatos às eleições municipais do ano que vem. A expectativa é de que a votação ocorra no final deste mês.

5. Voto aberto

Foi criada, em setembro, uma Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto. A iniciativa foi do Deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que recolheu mais de 200 assinaturas de parlamentares. A Frente quer pressionar o presidente da Câmara para incluir na pauta de votações de plenário a Proposta de Emenda à Constituição 349/2001, que determina a votação aberta (com identificação do voto e de seu autor) nas decisões do Legislativo federal – o que inclui votações de pedidos de cassação, escolha do ministro do TCU e vetos presidenciais. A PEC 349 foi protocolada em maio de 2001, votada em setembro de 2006 e aprovada por unanimidade com 393 votos, mas precisa ser aprovada em segundo turno com 308 votos, no mínimo, na Câmara, e 81 no Senado.

6. Estatuto da juventude

O Plenário da Câmara aprovou, no dia 5/10, o Projeto de Lei 4529/04, que institui o Estatuto da Juventude, com princípios e diretrizes para o Poder Público criar e organizar políticas para essa idade, considerada pelo texto como a faixa de 15 a 29 anos. A matéria, aprovada na forma de um substitutivo, será enviada para aprovação do Senado e sanção da presidente.

O documento cria a Rede e o Sistema Nacional de Juventude, que incluirão os conselhos estaduais de juventude e os sistemas de avaliação e informação sobre a juventude. As políticas públicas previstas pelo estatuto têm como base a geração de trabalho, renda e profissionalização dos jovens; condições especiais de jornada de trabalho que possibilitem compatibilizar o emprego e os estudos; direito a meia passagem nos transportes públicos intermunicipais e interestaduais para jovens dentro dessa faixa etária.

No campo educacional, o estatuto prevê a necessidade de financiamento estudantil para os jovens matriculados regularmente em instituições com boas notas no Ministério da Educação; e a obrigatoriedade de o Estado oferecer ensino médio gratuito, inclusive no horário noturno. O texto trata ainda dos direitos à saúde, cultura, ao esporte e lazer, ao meio ambiente equilibrado e à igualdade, considerando os recortes de gênero, cor e deficiências físicas.

7. Bolsa Verde

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou no dia 14/10 a Lei 12.512/11, que cria a chamada "Bolsa Verde", um benefício trimestral de R$ 300,00 destinados a famílias em situação de extrema pobreza que adotem ações de conservação ambiental. A bolsa foi instituída originalmente em junho, por meio da Medida Provisória (MP) 535/11, depois convertida no PLV 24/11.

A nova lei institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, bem como o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que prevê ajuda de custo e assistência técnica a pequenos produtores rurais. As medidas fazem parte do plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo governo federal no início de junho.

8. Aviso prévio

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou no dia 11/10 a lei que concede ao trabalhador o aviso prévio de até 90 dias, proporcional ao tempo de trabalho. O novo texto determina que, para até um ano de trabalho, o aviso prévio será de 30 dias. A esse período, serão acrescentados três dias para cada ano de serviço na mesma empresa, até o limite de 60 dias. Assim, uma empresa que demitir um empregado com mais de 20 anos de trabalho terá de conceder aviso prévio de 90 dias.

9. PPA 2012-2015

No dia 13/10 foi realizado o 2º Fórum Intraconselhos, que levou às Assembleias Legislativas estaduais, por meio de videoconferência, o debate entre ministros do governo e representantes de movimentos sociais sobre as propostas contidas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, encaminhado ao Congresso Nacional no último dia 31 de agosto. O debate destacou as contribuições incorporadas a partir de sugestões de encontro realizado em maio deste ano em Brasília. O PPA 2012-2015 está dividido em 65 programas ligados a temas como transporte, saúde, segurança pública e combate ao preconceito e ao uso de drogas.

O PPA corresponde ao planejamento de médio prazo do governo e define diretrizes e metas da administração para os próximos quatro anos. A previsão inicial de recursos é de R$ 5,4 trilhões a serem investidos ao longo do dos próximos quatro anos. Deste total, pouco mais de R$ 1 trilhão será destinado à área de infraestrutura.

A área social receberá R$ 2,5 trilhões, sendo que R$ 1,4 trilhão para a Previdência Social. A previsão é que R$ 197,6 bilhões sejam destinados a programas educacionais; R$ 248 bilhões à geração de trabalho, emprego e renda; e R$ 316,7 bilhões para o aperfeiçoamento do Sistema Únicos de Saúde (SUS). O Plano Brasil Sem Miséria deve receber R$ 20 bilhões por ano, distribuídos em diferentes programas, como o Bolsa Família, que atende hoje 13 milhões de famílias.

10. Conferências Nacionais

Até o final deste ano o Governo deverá realizar ainda nove (9) conferências nacionais. Estão agendadas:

a) Segurança Alimentar e Nutricional – 7 a 10/11, em Salvador (BA);
b) Arranjos produtivos locais – 8 a 11/11;
c) Direitos da pessoa idosa – 23 a 25/11;
d) Da Saúde –30/11 a 4/12, em Brasília;
e) Brasileiros no mundo – 5 a 7/12, em Brasília;
f) Assistência Social – 7 a 10/12, em Brasília;
g) Políticas públicas para a juventude – 9 a 12/12, em Brasília;
h) Política para as mulheres – 12 a 14/12, em Brasília (DF);
i) LGBT – 15 a 18/12, em Brasília.

10. Marco Regulatório da relação do Governo e a Sociedade Civil

A presidente Dilma assinou, no último dia 16 de setembro, o Decreto 7568/2011, trazendo alterações ao decreto 6170/07 que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse com entidades sem fins lucrativos. Traz, também, traz normas relacionadas ao Termo de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP. O Decreto institui o Grupo de Trabalho para avaliar e aperfeiçoar a legislação sobre a transferência de recursos. O GT terá 14 membros (7 do Governo e 7 entidades sem fins lucrativos).

Contribuíram para esta análise:
Pe. Antonio Abreu SJ, Pe. Bernard Lestiene SJ, Pe. Thierry Linard SJ (Ibrades), Pe. Ari Antonio dos Reis, Daniel Seidel, Pe. Geraldo Martins, Gilberto Sousa, Pe. José Ernanne Pinheiro, Paulo Maldos e Pedro Gontijo

Prof. Msc **Daniel Seidel**
Universidade Católica de Brasília e CBJP/CNBB